



PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA
JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

CONCILIADOR CÍVEL

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **30 (trinta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **3 (três) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Língua Portuguesa

1

A correção faz parte da boa escrita.

Assinale a frase que exemplifica o correto emprego gramatical da língua.

- (A) A esposa do ministro já havia enfrentado duas ou três situações de gravidez de risco.
- (B) As saias cremes do uniforme oficial não agradavam à maioria das adolescentes da escola.
- (C) Os nortes-americanos são vistos como militares bem treinados e de grande dedicação.
- (D) As fachadas dos prédios eram verde-abacates, pintadas há pouco tempo.
- (E) Os abaixos-assinados pretendiam convencer as autoridades a darem mais atenção ao bairro.

2

As afirmativas a seguir apresentam situações de uso da língua escrita.

Assinale afirmativa que tem a função correspondente da língua escrita **incorretamente** indicada.

- (A) A elaboração de um testamento / função de transferência de tempo, de um momento da vida para após a morte.
- (B) Um roteiro de compromissos diários / função de memorização do que se deve fazer determinado dia.
- (C) A elaboração de um poema / função artística, já que se pretende fazer uma obra de arte literária.
- (D) A construção de palavras cruzadas / função lúdica, pois se trata de um passatempo.
- (E) Uma mensagem para um amigo distante / função de preservação para que a expressão de amizade se torne eterna.

3

As opções a seguir apresentam frases em que foram sublinhados elementos de coesão, relacionados a termos anteriores.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo referido está corretamente identificado.

- (A) O tolo que adora dar palpites sobre os nossos jardins jamais cuida de suas plantas. / jardins
- (B) Quem nunca tinha visto um rio pensou que fosse o oceano o primeiro que encontrou. / oceano
- (C) Quando eu disse ao caroço de laranja que dentro dele dormia um laranjal inteirinho, ele me olhou estupidamente incrédulo. / laranja
- (D) Um ninho é uma fruta misteriosa que canta. / fruta
- (E) O tigre não anuncia sua força; simplesmente mata sua presa e a devora. / sua força

4

Assinale a frase que mostra uma **oposição** entre os segmentos que a compõem.

- (A) Primeiro aprenda a fazer, seja o que for, para depois fazer bem-feito.
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas.
- (C) Basta ver um promontório, uma montanha, um mar e um rio, para ter visto todos.
- (D) A grande invenção polivalente de Deus foi o pato. Ele anda, nada e voa. E faz tudo isso mal.
- (E) Sê prudente como as serpentes e simples como as pombas.

5

Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da voz ativa para a voz passiva está correta.

- (A) O pássaro azul carrega o céu nas suas costas. / O céu foi carregado nas costas do pássaro azul.
- (B) A mais bela conquista que o homem já fez é o cavalo. / O cavalo é a mais bela conquista já feita pelo homem.
- (C) A ostra doente é a que possui a pérola. / A pérola é a que é possuída pela ostra doente.
- (D) Eu sempre compreendi o meu cão porque ele não falava. / O meu cão sempre é compreendido por mim porque ele não falava.
- (E) O cão foi criado especialmente para as crianças. / As crianças foram criadas especialmente para os cães.

6

Assinale a opção em que o termo sublinhado foi substituído adequadamente por outra expressão com o mesmo significado original.

- (A) A ave julga prestar um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar. / se o ergue.
- (B) A flor não nasceu para decorar a casa, embora o morador pense o contrário. / para a decoreba da casa.
- (C) À natureza cabe a maior parte dos sucessos dos homens. / masculinos.
- (D) Pode o cão ladrar contra todos. / totalmente.
- (E) Uma morte honrosa pode glorificar uma vida sem nobreza. / simples.

Código de Defesa do Consumidor

7

A Política Nacional das Relações de Consumo, prevista no Código de Defesa do Consumidor, estabelece princípios e objetivos destinados a orientar a atuação do Estado e dos fornecedores, buscando assegurar a proteção do consumidor no mercado.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a Política Nacional das Relações de Consumo

- (A) tem por objetivo assegurar a livre atuação dos fornecedores no mercado.
- (B) visa harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo, com base na boa-fé.
- (C) aplica-se apenas às relações contratuais envolvendo fornecimento de serviços.
- (D) tem como finalidade substituir as regras gerais do Código Civil nas relações privadas.
- (E) estabelece normas voltadas exclusivamente à atuação administrativa dos órgãos de defesa do consumidor.

8

Maria comprou um liquidificador em uma loja de eletrodomésticos. Ao utilizar o produto pela primeira vez, o aparelho apresentou falha e liberou fumaça, causando um pequeno acidente doméstico. Ao procurar a loja, Maria afirmou que não havia sido informada sobre possíveis riscos do produto nem sobre a forma correta de utilização.

Considerando os direitos básicos do consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria tem direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, incluindo os riscos que apresentem.
- (B) Maria somente teria direito à reparação se comprovasse que o fornecedor agiu com dolo na venda do produto.
- (C) Maria não pode exigir proteção contra riscos do produto, pois o consumidor assume os riscos do uso do bem adquirido.
- (D) Maria somente poderia exigir informações sobre o produto se tivesse solicitado previamente tais esclarecimentos ao fornecedor.
- (E) Maria apenas teria direito à substituição do produto caso demonstrasse que o defeito ocorreu por culpa exclusiva do fornecedor.

9

Pedro levou seu automóvel a uma oficina mecânica para realizar a troca dos freios. Após a realização do serviço, ao sair dirigindo, percebeu que os freios não funcionavam adequadamente, o que ocasionou uma colisão leve contra outro veículo. Pedro retornou à oficina e alegou que o acidente ocorreu em razão de defeito no serviço prestado.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, sobre a responsabilidade civil do fornecedor de serviços, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fornecedor de serviços responde pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, independentemente da existência de culpa.
- (B) O fornecedor de serviços somente responde pelos danos causados ao consumidor quando comprovada sua culpa na execução do serviço.
- (C) No caso, o fornecedor de serviços não responde pelos danos se demonstrar que o consumidor contribuiu parcialmente para a colisão.
- (D) O fornecedor de serviços somente responde pelos danos se houver relação contratual direta entre ele e o consumidor prejudicado.
- (E) O fornecedor de serviços responde pelos danos sempre que o serviço não atingir o resultado esperado pelo consumidor.

10

Joana contratou um serviço de internet residencial com uma operadora de telecomunicações. Ao analisar o contrato apresentado pela empresa, verificou que suas cláusulas estavam previamente estabelecidas, cabendo ao consumidor apenas aceitar ou recusar as condições propostas.

Considerando as regras do Código de Defesa do Consumidor sobre contrato de adesão, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato firmado por Joana será considerado contrato de adesão apenas se o consumidor não tiver oportunidade de conhecer previamente seu conteúdo.
- (B) O contrato firmado por Joana somente será considerado contrato de adesão se tiver sido previamente aprovado por autoridade administrativa competente.
- (C) O contrato firmado por Joana deixará de ser considerado contrato de adesão sempre que o consumidor tiver a possibilidade de discutir ou modificar qualquer de suas cláusulas.
- (D) O contrato firmado por Joana é considerado contrato de adesão, pois suas cláusulas foram previamente estabelecidas pelo fornecedor, sem possibilidade de modificação substancial pelo consumidor.
- (E) O contrato firmado por Joana caracteriza contrato de adesão apenas quando celebrado em massa com um número indeterminado de consumidores.

Resolução 905/2012-COMAG

11

Após iniciar o exercício da atividade de conciliador junto ao Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, João resolveu analisar os deveres a ele aplicados, de forma a atuar em observância à normativa vigente.

As opções a seguir, considerando as disposições da Resolução nº 905/2012 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, apresentam deveres do conciliador, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Manter rígido controle dos autos de processo em seu poder.
- (B) Não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição.
- (C) Submeter, em até quarenta e oito horas após as sessões de audiência, as propostas de acordo à homologação pelo Juiz Leigo.
- (D) Comparecer pontualmente no horário de início das sessões de audiências e não se ausentar injustificadamente antes de seu término.
- (E) Tratar com urbanidade, cordialidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público, advogados, testemunhas, funcionários e auxiliares da justiça.

12

Coube ao Conselho da Magistratura regulamentar os encargos, a forma de recrutamento, a designação, a remuneração, o desligamento e os deveres funcionais dos Conciliadores e Juízes Leigos no sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Resolução nº 905/2012 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Conciliadores e Juízes Leigos são auxiliares da justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente entre os bacharéis em direito, e os últimos, entre advogados com mais de três anos de experiência jurídica.
- II. O exercício dos encargos de Conciliador e de Juiz Leigo é considerado de relevante caráter público com vínculo estatutário com o Tribunal de Justiça.
- III. Cabe ao Conciliador, nos Juizados Especiais Cível e da Fazenda Pública, sob a supervisão do Juiz, conduzir a audiência de conciliação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Civil

13

A responsabilidade civil é instituto do Direito Civil que impõe a quem causar dano a outrem o dever de repará-lo. Tradicionalmente, a responsabilidade civil fundamenta-se na teoria da culpa, embora o ordenamento jurídico também admita hipóteses de responsabilidade objetiva, baseadas na teoria do risco.

À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pela teoria da culpa, a obrigação de indenizar exige a demonstração de conduta, dano, nexos causal, sendo presumida a culpa.
- (B) Pela teoria do risco, a responsabilidade civil somente se aplica quando houver dolo do agente que causou o dano.
- (C) Pela teoria da culpa, a responsabilidade civil pode ser reconhecida ainda que não exista nexos causal entre a conduta e o dano.
- (D) Pela teoria do risco, a obrigação de indenizar surge independentemente da demonstração de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida implicar risco para os direitos de outrem.
- (E) O sistema de responsabilidade civil previsto no Código Civil brasileiro exige como fundamentos a culpa presumida ou o risco.

14

Carlos era tripulante de uma embarcação que naufragou durante uma forte tempestade em alto-mar. Após o acidente, vários corpos foram encontrados, mas Carlos jamais foi localizado. Passados alguns meses sem qualquer notícia sobre seu paradeiro, sua família buscou orientação jurídica sobre a possibilidade de reconhecimento de sua morte para fins sucessórios.

À luz do Código Civil, a morte presumida

- (A) somente pode ser declarada após o procedimento completo de ausência, com abertura da sucessão definitiva.
- (B) pode ser declarada sem decretação de ausência quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (C) sem decretação de ausência depende do transcurso do prazo mínimo de cinco anos de desaparecimento.
- (D) somente pode ser declarada após a abertura da sucessão provisória dos bens do desaparecido.
- (E) exige necessariamente a prévia decretação judicial de ausência.

15

João é proprietário de uma fazenda onde existem diversas árvores frutíferas plantadas no solo. Durante a colheita, os frutos são retirados das árvores e armazenados para venda no mercado local. Considerando a classificação dos bens no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os frutos, enquanto ligados às árvores, são considerados bens imóveis.
- (B) As árvores são bens móveis, pois podem ser separadas do solo.
- (C) As árvores são bens móveis, pois possuem valor econômico próprio.
- (D) Os frutos, após serem colhidos, continuam sendo bens imóveis.
- (E) As árvores são consideradas bens consumíveis.

16

Marcos decidiu presentear sua sobrinha Ana com um automóvel de sua propriedade. Para formalizar o ato, declarou que estava transferindo gratuitamente o bem para Ana, que aceitou a liberalidade.

Considerando as regras do Código Civil sobre doação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A doação é contrato pelo qual uma pessoa transfere bem de seu patrimônio a outra mediante contraprestação econômica previamente ajustada.
- (B) A doação é contrato que se aperfeiçoa com a manifestação de vontade do doador, independentemente da aceitação do donatário.
- (C) A doação é contrato pelo qual uma pessoa, por liberalidade, transfere bens ou vantagens do seu patrimônio para o de outra.
- (D) A doação é contrato que somente pode ocorrer entre pessoas que possuam vínculo familiar ou relação de parentesco ou com expressa e legítima motivação.
- (E) A doação é contrato que exige necessariamente forma pública, independentemente do valor do bem doado.

Direito Processual Civil

17

Uma ação de procedimento comum foi julgada procedente por sentença proferida por Juiz de Direito, condenando a parte ré ao pagamento de indenização.

Inconformada com a decisão, a ré pretende recorrer para reformar a sentença.

De acordo com o Código de Processo Civil (Brasil), assinale a opção que indica corretamente o recurso cabível e o prazo para sua interposição.

- (A) Agravo de instrumento, no prazo de 15 dias úteis.
- (B) Recurso Inominado, no prazo de 10 dias úteis.
- (C) Apelação, no prazo de 15 dias úteis.
- (D) Recurso Inominado, no prazo de 15 dias úteis.
- (E) Apelação, no prazo de 10 dias úteis.

18

Em uma ação judicial com litisconsórcio passivo, apenas um dos réus requereu ao Juiz a produção de prova pericial, enquanto os demais permaneceram inertes.

De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) o pedido somente produzirá efeitos se houver concordância expressa dos demais litisconsortes.
- (B) o pedido não pode ser apreciado, pois deveria ter sido formulado por todos os réus conjuntamente.
- (C) o pedido deve ser indeferido, pois apenas o autor pode requerer produção de prova.
- (D) cada litisconsorte possui legitimidade para praticar atos processuais, independentemente da manifestação dos demais.
- (E) o pedido é inválido, pois a produção de prova depende de requerimento conjunto das partes.

19

Em uma Vara Cível situada em comarca do interior do Estado do Rio Grande do Sul, tramita uma ação de indenização proposta por determinado autor em face de uma empresa privada.

Durante o regular processamento do feito, verificou-se que o advogado constituído pela parte autora é filho do Juiz de Direito titular da vara competente para o julgamento da causa.

Diante da situação, considerando o regime jurídico previsto no Código de Processo Civil, o Juiz de Direito é considerado

- (A) suspeito, podendo continuar no processo caso nenhuma das partes suscite a suspeição.
- (B) impedido, devendo se afastar do processo.
- (C) suspeito, devendo se afastar apenas se a parte ré impugnar.
- (D) Impedido, apenas se o advogado atuar diretamente na audiência de instrução.
- (E) plenamente apto para julgar a causa, pois a filiação não gera impedimento ou suspeição.

20

Em uma ação judicial, a autora alegou que o réu teria causado danos ao seu veículo em decorrência de colisão de trânsito. Regularmente citado, o réu não apresentou contestação no prazo legal, permanecendo inerte durante a fase postulatória do processo.

Ao examinar os autos, o magistrado verificou que as alegações apresentadas pela autora não estavam em consonância com o boletim de ocorrência e com fotografias juntadas pela própria autora, os quais indicavam que o acidente teria ocorrido em circunstâncias diversas daquelas narradas na petição inicial.

Diante dessa situação, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O réu será considerado revel, e as alegações de fato formuladas pelo autor serão sempre presumidas verdadeiras.
- (B) A revelia impede o Juiz de analisar as provas constantes dos autos, devendo o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- (C) O réu será considerado revel, mas a presunção de veracidade das alegações do autor pode ser afastada se forem inverossímeis ou contraditórias com as provas existentes nos autos.
- (D) Diante da revelia do réu, o Juiz deverá nomear defensor dativo e determinar obrigatoriamente a produção de prova pericial.
- (E) A ausência de contestação implica necessariamente o acolhimento do pedido formulado pelo autor.

Juizados Especiais

21

Nos termos da Lei dos Juizados Especiais, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, entre outras, a(s)

- (A) ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 60 vezes o salário-mínimo.
- (B) causas relativas a acidentes de trabalho.
- (C) causas de interesse da Fazenda Pública.
- (D) ação de despejo para uso próprio.
- (E) causas de natureza alimentar.

22

Nas causas de valor até 20 salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.
- () O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.
- () O mandato ao advogado poderá ser escrito ou oral, inclusive quanto aos poderes especiais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

23

Em conformidade com o regramento legal, a conciliação será conduzida pelo Juiz Togado ou Leigo ou por Conciliador sob sua orientação.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir.

- I. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.
- II. É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado, mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
- III. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24

José, conciliador cível, buscou informações detalhadas sobre as pessoas que podem demandar no microsistema dos Juizados Especiais, em observância às formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, será(ão) admitido(s) a propor ação perante o Juizado Especial

- (A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público.
- (C) o insolvente civil.
- (D) a massa falida.
- (E) o incapaz.

Técnicas de Conciliação

25

Em processo judicial, foi realizada sessão de conciliação conduzida por conciliadora judicial, na qual as partes expuseram fatos relacionados ao conflito. Não houve acordo.

Posteriormente, um dos advogados requereu que a conciliadora fosse ouvida como testemunha para relatar fatos mencionados durante a sessão.

À luz do Código de Ética dos Conciliadores e Mediadores Judiciais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conciliadora não poderá revelar as informações obtidas durante a sessão nem atuar como testemunha do caso, em razão do princípio da confidencialidade.
- (B) A conciliadora poderá atuar como testemunha se o Juiz entender que a prova é relevante para o processo.
- (C) A conciliadora poderá relatar em juízo os fatos ocorridos na sessão de conciliação, independentemente da autorização das partes.
- (D) A conciliadora deverá revelar as informações discutidas na sessão quando solicitada por qualquer das partes envolvidas no conflito.
- (E) O princípio da confidencialidade aplica-se apenas às propostas de acordo, não abrangendo as demais informações discutidas na sessão.

26

Durante sessão de conciliação realizada em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), as partes chegaram a um acordo para resolver o conflito, sem que houvesse decisão judicial.

Posteriormente, um dos participantes questionou se essa forma de solução seria válida.

Com base na situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autocomposição ocorre quando o Juiz decide o conflito, enquanto a heterocomposição ocorre quando as partes chegam a um acordo.
- (B) A autocomposição ocorre quando o conflito é resolvido pelas próprias partes, enquanto a heterocomposição ocorre quando a solução é imposta por um terceiro.
- (C) Tanto a autocomposição quanto a heterocomposição ocorrem apenas quando há decisão judicial.
- (D) A autocomposição ocorre somente na mediação, enquanto a heterocomposição ocorre apenas na arbitragem.
- (E) A heterocomposição ocorre quando as partes chegam a um acordo sem a participação de qualquer terceiro, enquanto na autocomposição há necessariamente a intervenção do conciliador.

27

Três pessoas relataram diferentes experiências na solução de conflitos por meios adequados de resolução de disputas:

- I. Em um procedimento, um terceiro imparcial atuou em conflito no qual não havia vínculo anterior entre as partes, auxiliando-as a chegar a um acordo e podendo, inclusive, sugerir soluções para o litígio.
- II. Em outro caso, o terceiro imparcial apenas facilitou o diálogo entre as partes, que já possuíam relacionamento anterior, buscando restabelecer a comunicação sem apresentar propostas de solução.
- III. Em situação diversa, as partes submeteram o conflito a um terceiro de sua confiança, que analisou as provas e proferiu decisão obrigatória para as partes, com força de sentença judicial.

Considerando as características descritas e a legislação vigente, os procedimentos mencionados correspondem, respectivamente, a

- (A) mediação, conciliação e arbitragem.
- (B) arbitragem, mediação e conciliação.
- (C) conciliação, mediação e arbitragem.
- (D) conciliação, arbitragem e mediação.
- (E) mediação, arbitragem e conciliação.

28

Durante sessão de mediação realizada em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), duas pessoas discutem a utilização de um imóvel herdado. Inicialmente, apresentam posições aparentemente incompatíveis: *uma deseja vender o bem, enquanto a outra pretende permanecer no imóvel.*

No curso da mediação, o mediador passa a explorar as motivações subjacentes às manifestações das partes, identificando interesses que não haviam sido explicitados inicialmente.

À luz das premissas da autocomposição e da teoria moderna do conflito, a atuação do mediador fundamenta-se na compreensão de que

- (A) o conflito jurídico se reduz à divergência sobre direitos subjetivos, devendo o mediador limitar-se à identificação da norma aplicável ao caso.
- (B) o conflito decorre exclusivamente da incompatibilidade de pretensões jurídicas, sendo irrelevantes os aspectos subjetivos envolvidos na disputa.
- (C) as manifestações das partes correspondem necessariamente aos seus interesses reais, razão pela qual a atuação do mediador limita-se a definição do objeto litigioso.
- (D) os conflitos apresentam dimensões objetivas e subjetivas, podendo a identificação dos interesses ampliar as possibilidades de solução.
- (E) a função do mediador consiste em substituir a vontade das partes por proposta equitativa, superando as limitações inerentes à negociação direta.

Jurisprudência

29

João ajuizou ação em face de Maria perante o Juizado Especial Cível (JEC) competente. Na causa de pedir, argumentou que Maria estaria descumprindo o contrato de trato sucessivo que celebraram, estando em mora em 3 (três) parcelas, entre as 20 (vinte) acordadas.

De acordo com o enunciado próprio do FONAJE, para fins de definição da competência do JEC, é correto afirmar que deve ser considerado o seguinte valor:

- (A) de uma parcela vencida.
- (B) das 3 (três) parcelas vencidas.
- (C) das 17 (dezessete) parcelas vincendas.
- (D) das 23 (vinte e três) parcelas acordadas.
- (E) das 3 (três) parcelas vencidas, somados ao valor de 12 (doze) parcelas vincendas.

30

Pedro foi ofendido por Antônio em pronunciamento amplamente veiculado pelos meios de comunicação social, o que lhe causou grande desgosto e abalo psicológico.

Poucos meses após as ofensas, Pedro veio a falecer em razão de patologia que o acometia há vários anos, fato totalmente desconectado da conduta de Antônio.

Consoante a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar, em relação à legitimidade dos herdeiros de Pedro para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória pelo dano moral, que

- (A) os herdeiros têm legitimidade tanto para ajuizar como para prosseguir a ação indenizatória.
- (B) os herdeiros têm legitimidade para prosseguir a ação indenizatória por dano moral ajuizada por Pedro, mas não poderão ajuizá-la de per si.
- (C) os herdeiros somente têm legitimidade para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória caso demonstrem que a conduta de Antônio veio a ofendê-los.
- (D) a honra é um atributo pessoal, logo, as ofensas a ela não são transmissíveis aos herdeiros, que não têm legitimidade para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- (E) a legitimidade dos herdeiros para ajuizar a ação indenizatória está condicionada à prévia manifestação de vontade de Pedro, por qualquer meio, atestando que foi ofendido.

Realização

